

# Debates

## 13 DE DEZEMBRO DE 2018 62ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**Presidência:** **CAUÊ MACRIS** e **CEZINHA DE MADUREIRA**

### RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Marco Vinholi, de inversão da Ordem do Dia. Coloca em discussão o PLC 34/18.
2 - CARLOS GIANNAZI
Discute o PLC 34/18.
3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PLC 34/18. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 700/18, salvo emendas. Encerra a discussão, coloca em votação e declara rejeitadas as emendas n°s 1, 2 e 3, com parecer contrário. Coloca em discussão o PL 615/18.
4 - CARLOS GIANNAZI
Pela ordem, declara voto contrário, em nome do PSOL, ao PL 700/18.
5 - JOÃO PAULO RILLO
Discute o PL 615/18.
6 - TEONILIO BARBA LULA
Discute o PL 615/18.
7 - MARCO VINHOLI
Discute o PL 615/18.
8 - JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA
Discute o PL 615/18.
9 - CÁSSIO NAVARRO
Discute o PL 615/18.
10 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Encerra a discussão do PL 615/18.
11 - BETH LULA SAHÃO
Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças.
12 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido e suspende a sessão à 1h19min, reabrindo-a à 1h20min. Coloca em votação e declara aprovada a consulta às lideranças, para que fosse dado conhecimento da íntegra e votada a emenda aglutinativa ao PL 615/18. Coloca em votação requerimento, com número regimental de assinaturas, de método de votação ao PL 615/18.
13 - ENIO LULA TATTO
Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PL 615/18, em nome da Minoria.
14 - CEZINHA DE MADUREIRA
Assume a Presidência.
15 - BETH LULA SAHÃO
Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PL 615/18, em nome do PT.
16 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Assume a Presidência.
17 - CARLOS GIANNAZI
Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PL 615/18, em nome do PSOL.
18 - BETH LULA SAHÃO
Solicita a suspensão da sessão por três minutos, por acordo de lideranças.
19 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Anota o pedido.
20 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Coloca em votação e declara aprovado o PL 615/18, salvo emendas e subemendas.
21 - BETH LULA SAHÃO
Pela ordem, declara voto contrário, em nome do PT, ao PL 615/18.
22 - CARLOS GIANNAZI
Pela ordem, declara voto contrário, em nome do PSOL, ao PL 615/18.
23 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido da deputada Beth Lula Sahão e suspende a sessão por três minutos, à 01h54min, reabrindo-a à 01h59min.
24 - BETH LULA SAHÃO
Solicita a suspensão da sessão por dois minutos, por acordo de lideranças.
25 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido da deputada Beth Lula Sahão e suspende a sessão à 01h59min, reabrindo-a às 2h04min. Coloca em votação e declara aprovada a emenda aglutinativa ao PL 615/18. Coloca em votação e declara aprovadas as subemendas 1, 2, 3, 4 e 5, ao PL 615/18. Coloca em votação e declara aprovadas as emendas A e B, ao PL 615/18. Coloca em votação e declara rejeitadas as subemendas 6, 7, 8 e 9. Coloca em votação e declara rejeitadas as demais emendas, englobadamente, ao PL 615/18.
26 - BETH LULA SAHÃO
Pela ordem, declara voto contrário ao PL 615/18, e favorável às emendas, em nome do PT.
27 - CARLOS GIANNAZI
Pela ordem, declara voto contrário ao PL 615/18, e favorável às emendas, em nome do PSOL.
28 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PR 4/18. Convoca a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento para uma reunião extraordinária a ser realizada hoje, cinco minutos após o término desta sessão, e a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para uma reunião extraordinária a ser realizada hoje, um minuto após o término da anterior. Encerra a sessão.
\* \* \*
- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.
\* \* \*

O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

\* \* \*

- Passa-se à

### ORDEM DO DIA

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há sobre a mesa requerimento assinado pelo deputado Marco Vinholi solicitando a inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item 3, Projeto de lei nº 700, de 2018, passe a constar como item 2, renumerando-se os demais itens.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Proposições em Regime de Urgência.

Item 1 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 34, de 2018, de autoria do Sr. Governador. Integra a classe de Cirurgião Dentista na Lei Complementar nº 1.193, de 2013 e dá providências correlatas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, iniciamos o debate para aprovar, definitivamente, o PLC 34. É um projeto que faz justiça a uma importante categoria profissional do sistema de Saúde do estado de São Paulo. São os cirurgiões dentistas, que há muitos anos estão com os salários defasados e archochados. Que nunca foram valorizados do ponto de vista da carreira, do ponto de vista funcional.

Esse projeto vem em um momento importante. Há um consenso, entre todos nós, de que esse projeto tem que ser aprovado. Sobretudo, porque ele garante a isonomia da carreira dos cirurgiões-dentistas com a carreira médica do estado de São Paulo. Esse é um projeto muito importante que será votado, com certeza, na data de hoje. Já sinto que a Assembleia começa a funcionar favoravelmente na defesa dos interesses, dos direitos e da dignidade dos nossos servidores, começando já pelo PLC 34. Então, quero manifestar a posição de toda a bancada do PSOL, pois vamos, logicamente, votar favoravelmente ao PLC 34.

Quero parabenizar os cirurgiões-dentistas que estiveram aqui em vários momentos. Deputado Ed Thomas, eles vieram de regiões distantes do estado, inclusive de sua cidade, Presidente Prudente, de Araçatuba, da Baixada Santista, da Grande São Paulo e de várias regiões. Eles estiveram aqui o tempo todo, antes do recesso, após o recesso, antes das eleições, após as eleições, fazendo grandes mobilizações, indo ao Colégio de Líderes, às comissões, aos gabinetes, conversando com as lideranças, conversando individualmente com os deputados. Fizeram um brilhante trabalho de convencimento, convencendo os 94 deputados e deputadas da importância da aprovação do projeto. Hoje é um dia histórico, pois o projeto será aprovado. Como eu disse, estou aqui fazendo a discussão e já antecipando a nossa posição.

Queremos fazer o mesmo em relação ao projeto da Defensoria Pública. Queremos votar o PLC 49, pois precisamos de uma Defensoria forte, organizada e valorizada. Os defensores públicos pertencem a uma carreira jurídica e devem ser valorizados, até porque o momento que estamos vivendo é muito grave, um momento de autoritarismo, de ataque aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, em que a população mais pobre será a mais prejudicada, será a população que mais perderá os seus direitos. Ela terá que fazer mobilizações e precisará muito da Defensoria Pública, que cumpre um papel importante. Nós, que trabalhamos com os movimentos sociais, os mandatos engajados nas lutas sociais do estado, somos parceiros da Defensoria e estamos na mesma trincheira de luta da Defensoria Pública. Nós nos relacionamos muito com os defensores ligados às áreas da Educação, da Habitação, dos Direitos Humanos.

Hoje mesmo, pela manhã, tivemos uma solenidade de lançamento do observatório para acompanhar as violações aos Direitos Humanos no estado de São Paulo e estamos lá com a presença da Defensoria Pública, representada pelo nosso defensor da Assembleia Legislativa, o Dr. Rafael Pitanga.

No dia 13, organizei uma audiência contra o projeto Escola sem Partido no Plenário Franco Montoro e estávamos com a presença, na mesa da audiência, de três defensores públicos. Três defensores públicos participaram, fazendo explanações importantes sobre esse malfadado projeto de Escola sem Partido que, na prática, é um projeto de instalação da mordça e da censura em nossas escolas e de tentativa de intimidação de professores de todo o Brasil. Esse é o Escola sem Partido.

O Escola sem Partido é uma farsa total, pois é um projeto que tem partido: é o partido do autoritarismo, o partido que ataca a escola com liberdade, a escola com projeto pedagógico libertador, emancipador e libertário. Esse é um dos objetivos do projeto Escola sem Partido, mas a Defensoria se posicionou contra. Há uma nota técnica da Defensoria contra essa nefasta proposta. Lembro-me ainda dos defensores públicos participando daquele movimento importante que derrotou o governo Geraldo Alckmin quando ele tentou ressuscitar a reorganização da rede estadual. Isso foi em 2015, quando ele fecharia mais de 100 escolas.

Os alunos secundaristas da rede estadual fizeram uma grande mobilização, ocupando mais de 250 escolas em todo o estado. Lembro muito bem que um núcleo da Defensoria Pública fez toda a intermediação. A Defensoria Pública foi a única instituição em que os alunos confiaram para fazer a negociação junto ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público e ao governo estadual. Participei de várias audiências, inclusive no Tribunal de Justiça, e quem representava os alunos naquele momento era a Defensoria Pública.

Então, é muito importante que haja, ainda nesta noite, a aprovação do PLC 49, por tudo o que a Defensoria Pública representa hoje. Ela vai nos ajudar a enfrentar esse momento difícil, em que a roda da história está girando ao contrário, para trás, com todos os ataques à sociedade brasileira.

Eu falei do Escola sem Partido, que é o projeto da mordça, da censura, mas ele tem também, como objetivo central, encobrir a verdadeira causa da educação. Os defensores do Escola sem Partido não querem debater as verdadeiras causas da crise educacional, a falta de financiamento público para a Educação e as questões da evasão escolar, da repetência escolar, da falta de qualidade nas escolas, da violência escolar; não querem achar solução para a superlotação de salas. Então, eles inventam o Escola sem Partido, que fala do fantasma de uma suposta doutrinação, que não existe na verdade, na prática. É por isso que eles tentam fazer esse debate.

Fico chocado porque Dória, que foi eleito governador do estado de São Paulo, disse que o primeiro projeto que vai apresentar para a Educação é o Escola sem Partido. Fico imaginando como um governador assume um estado com cinco mil escolas, quatro milhões de alunos e 300 mil professores dizendo que o primeiro projeto dele vai ser o Escola sem Partido. Trata-se de um projeto inconstitucional, sem amparo na legislação, que até o Supremo Tribunal Federal e a Procuradoria-Geral da República já rejeitaram. E o governador eleito disse que vai apresentar esse projeto. Ele deveria estar se preocupando com as escolas de lata da rede estadual, com a superlotação, com os baixíssimos salários dos profissionais da Educação, e não com essa proposta.

Então, temos que fazer esse debate da Educação. Escola sem Partido é uma pauta da extrema direita, de quem realmente está a serviço da exploração do povo brasileiro e não quer um povo crítico, formado para o pleno exercício da cidadania. Eles querem fortalecer a exploração dos trabalhadores. Os adeptos do Escola sem Partido querem, no fundo, encobrir a exploração dos trabalhadores, que são explorados diariamente. Querem aprofundar essa exploração através da reforma da Previdência, da reforma trabalhista, da lei da terceirização, da precarização do contrato de trabalho e da Emenda no 95, que congelou os investimentos nas áreas sociais por 20 anos - um projeto apresentado pelo governo Temer.

Fiquei chocado - já disse isso - com as declarações do Bolsonaro, dizendo que quer aprofundar ainda mais a reforma trabalhista, aproximando a legislação trabalhista brasileira, a Constituição Federal, à informalidade no emprego. Ou seja, significa que as reformas feitas pelo Temer, contra os trabalhadores, não foram suficientes para continuar com a esfoliação do povo brasileiro.

Haverá o aprofundamento. Bolsonaro vai aprofundar a miséria social, o inferno social no Brasil, atacando mais ainda o pouco que restou dos direitos e da dignidade do povo brasileiro, isso para beneficiar o capital financeiro, os bancos, o mercado, os especuladores e os rentistas da dívida pública brasileira. É disso que trata esse governo.

Temer já era um inferno. Nós vamos atravessar o inferno. Ou seja, estamos vivendo o que falei, a roda da história está girando ao contrário. Estamos retrocedendo em todos os níveis, no nível econômico, no nível das conquistas sociais, no nível cultural, no nível educacional. Regressões e mais regressões estão acontecendo no Brasil.

Porém, nós também conhecemos a história, o pêndulo da história. Sabemos que isso muda. A história tem um pêndulo. Se agora estamos no momento em que a extrema direita ocupa o espaço do aparelho do Estado brasileiro, nós sabemos que isso também é passageiro, que não existe vitória definitiva, nem derrota definitiva.

Deixo aqui a seguinte frase, que ouvi outro dia, que “se o inverno é deles, a primavera será nossa”. Vamos superar e vamos enfrentar esse momento histórico difícil, com muita luta, com muita resistência, com muito sonho e, sobretudo, aqui em São Paulo teremos a ajuda da Defensoria Pública, que defende o povo, defende a população, defende os direitos sociais, defende o direito à habitação popular, a educação pública de qualidade, a cultura, defende os direitos humanos.

Estamos celebrando agora os 70 anos da Declaração dos Direitos Humanos, os 30 anos da Constituição Federal, a Constituição Cidadã, que está sendo desmontada agora. Estamos comemorando 50 anos do livro Pedagogia do Oprimido, do Paulo Freire, que é muito importante.

Nós comemoramos no ano inteiro. Comemorei muito na campanha eleitoral junto com a Erundina, fiz várias Caravanas da Educação com a ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, hoje deputada federal, que teve a coragem de nomear o Paulo Freire, em 1989, como secretário municipal de Educação. Ficamos seis meses fazendo a Caravana da Educação, debatendo o Paulo Freire.

Ontem, dia 13, nós estávamos descomemorando o AI-5, que foi uma aberração jurídica e política contra o povo brasileiro, que suprimiu as liberdades individuais e coletivas, que potencializou, ainda mais, as perseguições e a opressão no Brasil, e que foi promulgado, editado exatamente no dia 13 de dezembro de 1968, que abriu espaço para cassações e perseguições não só da oposição ao regime militar, mas de artistas, jornalistas, intelectuais, de pesquisadores, de professores, de sindicalistas, e de todo pensamento crítico que foi perseguido pelo AI-5, pelo golpe militar e pela ideologia de segurança nacional, que também fez a roda da história retroceder 50 anos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 700, de 2018, de autoria da Mesa. Dispõe sobre o subsídio do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado para o exercício financeiro de 2019. Com 3 emendas. Parecer da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao projeto e contrário às emendas. Parecer da Mesa, contrário às emendas.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação o projeto, salvo emendas. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação as emendas nºs 1, 2 e 3, com parecer contrário do congresso de comissões. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Só queria manifestar o voto contrário da bancada do PSOL ao projeto do subsídio do governador que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrada a declaração de voto da bancada do PSOL.

Item 3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 615, de 2018, de autoria do Sr. Governador. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2019. Com 13.965 emendas. Retirada a emenda de nº 8.238. Parecer da Comissão de Finanças, favorável ao projeto com as emendas A e B e às emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 35, 38, 40, 43, 60, 71, 108, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 1391, 1392, 1393, 1394, 1395, 1396, 1397, 1398, 1399, 1400, 1401, 1402, 1403, 1404, 1405, 1406, 1407, 1408, 1409, 1410, 1411, 1412, 1413, 1414, 1415, 1416, 1417, 1418, 1419, 1420, 1421, 1422, 1423, 1424, 1425, 1426, 1427, 1428, 1429, 1430, 1431, 1432, 1433, 1434, 1435, 1436, 1437, 1438, 1439, 1440, 1441, 1442, 1443, 1444, 1445, 1446, 1447, 1448, 1449, 1450, 1451, 1452, 1453, 1454, 1455, 1456, 1457, 1458, 1459, 1460, 1461, 1462, 1463, 1464, 1465, 1466, 1467, 1468, 1469, 1470, 1471, 1472, 1473, 1474, 1475, 1476, 1477, 1478, 1479, 1480, 1481, 1482, 1483, 1579, 1583, 1588, 1592, 1593, 1599, 1602, 1605, 1607, 1608, 1610, 1617, 1621, 1623, 1626, 1629, 1630, 1632, 1633, 1634, 1636, 1637, 1640, 1643, 1645, 1654, 1660, 1667, 1668, 1670, 1672, 1673, 1682, 1684, 1687, 1688, 1690, 1691, 1692, 1693, 1694, 1700, 1703, 1704, 1706, 1715, 1717, 1720, 1723, 1724, 1726, 1734, 1736, 1737, 1738, 1739, 1740, 1743, 1744, 1748, 1750, 1751, 1753, 1755, 1756, 1758, 1766, 1768, 1772, 1776, 1778, 1790, 1792, 1796, 1806, 1807, 1808, 1809, 1812, 1819, 1823, 1824, 1826, 1827, 1828, 1829, 1830, 1831, 1832, 1833, 1834, 1835, 1836, 1837, 1838, 1839, 1840, 1841, 1842, 1843, 1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1849, 1850, 1851, 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1860, 1861, 1862, 1863, 1864, 1865, 1866, 1867, 1868, 1869, 1870, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1928, 1929, 1930, 1931, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1975, 1987, 2020, 2024, 2025, 2026, 2027, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2043, 2044, 2045, 2046, 2049, 2056, 2059, 2067, 2068, 2069, 2070, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2095, 2099, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2108, 2109, 2112, 2113, 2114, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 2680, 2681, 2682, 2683, 2684, 2685, 2686, 2687, 2688, 2689, 2690, 2691, 2692, 2693, 2694, 2695, 2696, 2697, 2698, 2699, 2700, 2701, 2702, 2703, 2704, 2705, 2706, 2707, 2709, 2710, 2711, 2712, 2713, 2714, 2715, 2716, 2717, 2718, 2719, 2720, 2721, 2722, 2723, 2724, 2725, 2726, 2727, 2728, 2729, 2730, 2731, 2732, 2733, 2734, 2735, 2736, 2737, 2738, 2739, 2740, 2741, 2742, 2743, 2744, 2745, 2746, 2747, 2748, 2749, 2750, 3286, 4432, 4434, 4435, 4438, 4441, 4443, 4444,

4445, 4446, 4447, 4450, 4451, 4453, 4459, 4460, 4461, 4464, 4467, 4469, 4470, 4473, 4475, 4476, 4481, 4483, 4484, 4486, 4487, 4488, 4492, 4504, 4505, 4506, 4507, 4508, 4509, 4510, 4511, 4512, 4513, 4514, 4515, 4516, 4517, 4537, 4541, 4542, 4544, 4545, 4546, 4547, 4548, 4549, 4551, 4552, 4557, 4558, 4559, 4560, 4561, 4563, 4564, 4567, 4568, 4569, 4570, 4571, 4572, 4573, 4574, 4575, 4577, 4578, 4579, 4581, 4582, 4583, 4584, 4585, 4587, 4588, 4589, 4590, 4591, 4592.

Em discussão. Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores públicos das mais diversas áreas, defensores, servidores da Defensoria, aqui presentes. Chegamos à votação do orçamento do estado de São Paulo.

Ontem, eu havia me manifestado e hoje retorno a esta tribuna para me manifestar mais uma vez sobre a minha discordância da tática adotada por nós, que defendemos os servidores, que queremos aumentar o recurso das universidades, que queremos aprovar o projeto da Defensoria e que pelo visto será muito difícil isso acontecer.

Mas eu quero também aproveitar - porque a vida é feita de muita humanidade, de coisas importantes, de amizade sincera -, para dedicar minha fala a um amigo, ao professor de História da Universidade Federal de Uberaba, Clayton Cardoso Romano, que militou comigo desde o início da minha militância e que teve um problema de saúde muito por conta da disputa política acirrada que se dá nas universidades entre os homens de esquerda, os progressistas, contra os fascistas e passou mais de 20 dias em coma.

Felizmente, ele se restabeleceu hoje a sua lucidez e supera uma dificuldade muito grande. O Clayton Romano militou comigo no PT desde o início da minha militância e saiu no ano de 2007. Lembro-me que quando ele saiu do PT eu fiquei muito triste. Ele fez uma carta bonita para todos nós e usou um trecho de uma letra do Nando Reis que eu quero ler o começo dela, que dizia: “Eu não quero mais mentir; usar espinhos que só causam dor; eu não enxergo mais o inferno que me atraiu; dos cegos do castelo me despeço e vou; a pé até encontrar; um caminho, um lugar; pro que eu sou”.

Lembro-me que quando ele foi se despedir - a despedida não pessoal, mas política - ele me viu muito abatido e falou: “Você está muito triste”. Eu falei: “Eu estou triste, Clayton, porque a tua saída do PT é como se uma parte de mim tivesse ido embora”. Como somos pequenos e muitas vezes medíocres. Ele me abraçou e disse: “O partido não é o fim, João Paulo. O partido é meio e nós continuamos juntos na mesma luta”.

Eu digo que fui muito medíocre porque agora quando nós estivemos na iminência de perdê-lo aí sim eu senti que uma parte de mim estava indo embora e isso é importante na vida. Eu quero dedicar a minha fala a esse grande amigo, um irmão, um companheiro, um professor de uma universidade pública, porque homenageando ele eu homenageio todos os servidores públicos.

Homenageando ele eu faço jus a nossa luta para que as universidades públicas do estado de São Paulo não sejam rifadas, como tem sido anunciado pelo próximo governador do estado de São Paulo.

Eu sou militante hoje do Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL, há 8 meses, mas militei por 25 anos no Partido dos Trabalhadores e quero falar para vocês, para os defensores, o que eu aprendi no Partido dos Trabalhadores no que diz respeito à atuação na Assembleia.

Eu aprendi que a gente utiliza todos os instrumentos possíveis para acumular força, para repressar, para retardar a pauta do governo para que a gente abra um diálogo, crie correlação de forças. Você cria uma dificuldade pública saudável, dentro das regras, dentro da democracia e apresenta uma pauta pública para ser negociada.

Como você consegue atingir esses objetivos? Eu não estou falando de uma utopia, porque essa aparência de derrota tem muito da atmosfera nacional, mas tem muito de cena também, tem muito de encenação. Eu vou falar de uma coisa que não é utopia, é possível.

Eu fui líder da oposição na Casa, fui líder da bancada do Partido dos Trabalhadores quando ela era a maior bancada, com 24 deputados. Fui líder da oposição e líder da bancada quando o deputado Barros Munhoz era o líder do Governo. Obviamente, tinha uma diferença de qualidade política e de história que vale, sem demérito a ninguém, registrar, uma compreensão do processo democrático.

Nós conseguimos aqui, fazendo obstrução, apresentando relatórios minuciosos, precisos, lendo na Comissão de Fiscalização e Controle, lendo na Comissão de Orçamento, não perdendo horário. Nós acumulávamos força ao ponto de chegar à véspera de Natal e, se o governo não cedesse à nossa pauta, não entraria em recesso, e o governador entraria o ano com o orçamento atrasado. Ou seja, você criava condição política para criar a sua pauta, quando ela era pública, obviamente. Quando não tem agenda oculta, quando não tem baralho escondido no coleto. Quando ela é pública, você consegue avançar.

Eu estou falando de uma coisa que seria muito possível, se nós da oposição tivéssemos feito, neste ano, nessas duas, três últimas semanas, um enfrentamento verdadeiro, ocupando todos os espaços, retardando a votação. Hoje, provavelmente, nem as contas do governador nem o orçamento estariam prontos para serem votados como estão, sem resistência alguma.

Obviamente, não é uma acusação, é apenas uma constatação. Eu quero deixar uma diferença tática. Talvez esses que mudaram de tática apostem em uma providência divina. Eu quero dizer que eu concordo com quem veio à tribuna e falou que a Defensoria é importante, que o Projeto 32, que organiza algumas carreiras, é importante, que as universidades são importantes. Eu concordo com isso. Na estratégia, no horizonte, nós estamos de acordo. Agora, eu tenho diferença na tática, porque isso aqui não é uma profissão de fé, de crença; isso aqui é um exercício de ação concreta. Então V. Exas. estão esperando uma providência divina, V. Exas. que defendem as universidades, a Defensoria, o 32 e outros projetos. Não vai cair do céu. Deus não vai iluminar o Cauê e, de repente, ele vai pautar e pedir que a gente approve. Não. Isso seria obra de uma ação política concreta, de obstrução, de represamento.

Nós somos em 15, 17, 18 deputados. Ter, neste instante, 18 deputados se inscrevendo aqui para fazer a discussão, pegando 15 minutos cada um. A oposição estar pedindo verificação de presença o tempo inteiro. Isso não terminaria nunca. Se eles quisessem terminar o ano, eles teriam que atender uma pauta pública nossa, compartilhada com vocês.

Mas, talvez, eu seja apenas um romântico, que defende um tipo de política, um tipo de relação sincera com o povo, que se perdeu por aí, que virou poeira nessa seara violenta, dissimulada que vivemos no Brasil hoje. Eu não poderia encerrar o ano sem ao menos fazer este testemunho a vocês. É uma luta quase quixotesca, e não trato isso como um mérito ou um gesto heroico. Trato com muita tristeza isso, ser uma voz dissonante entre aqueles que já defenderam uma tática diferente, já conseguiram avançar coisas importantíssimas, aprovar projetos importantíssimos aqui, porque tinham uma posição diferenciada, muito mais digna, com mais altivez, com mais conteúdo, com mais senso de democracia e com mais povo. Mas isso, infelizmente, se perdeu.

Alguém poderia dizer “olha, mas dessa vez é diferente, porque não tem uma continuidade de governo, porque sai o Geraldo Alckmin, o França seria a continuidade natural, mesmo não sendo do partido, e o Dória é outra coisa.”. Devo dizer a vocês que não. Vocês acham que não está tudo acordado? Vocês acham que o França não sentou com o João Dória e não